HAEGEMAN, L. (1994). *INTRODUCTION TO GOVERNMENT AND BINDING THEORY* (2nd ed). BLACKWELL.

Francisco Manta Rodrigues[1]
manta.frodri@gmail.com
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

1.

Num contexto no qual a maioria da literatura em sintaxe generativa não é acessível ao estudante que se inicia na área, Liliane Haegeman publica, em 1994, a segunda edição de *Introduction to Government and Binding Theory*, com significativas alterações em relação à primeira edição, de 1991. Este manual pretende, ao longo das suas 700 páginas, guiar o leitor com conhecimentos básicos de linguística pelos aspetos centrais do paradigma vigente na investigação em sintaxe generativa nos anos 80 e início dos anos 90 do século XX: a Teoria da Regência e Ligação (TRL). Assim, a autora pretende fornecer ferramentas que permitam ao leitor debruçar-se sobre a literatura existente na área e compreender os pontos, à data, mais discutidos e produtivos para investigação.

O livro subdivide-se em doze capítulos, contando ainda com um capítulo introdutório. Os capítulos 1 a 10 focam-se nos aspetos centrais da TRL desenvolvidos ao longo dos anos 80. Já os capítulos 11 e 12, exclusivos da segunda edição, abordam desenvolvimentos posteriores que se revelaram de grande relevância nos anos que separam as duas edições do livro.

2.

O capítulo introdutório fornece um breve enquadramento metodológico e epistemológico dos estudos em sintaxe generativa no âmbito da TRL. Define-se gramática mental como o objeto de estudo da gramática generativa e são apresentados conceitos-chave da análise sintática, como gramaticalidade, aceitabilidade, generalização e adequação descritiva.

[1] Estudante do 3.º ano do 1.º Ciclo de Estudos em Ciências da Linguagem.

Volume 15 | N.º 1| 2026| https://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP/
DOI: https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling15_1r1

Segue-se uma discussão relativa à natureza do conhecimento linguístico: introduz-se o Problema da Pobreza do Estímulo na aquisição da linguagem para sugerir a existência de uma Faculdade da Linguagem inata ao ser humano e de uma Gramática Universal (*Universal Grammar*, UG), constituída por princípios universais e parâmetros variáveis entre línguas. A partir destes conceitos, introduz-se o modelo de Princípios e Parâmetros, no qual se insere a TRL. O capítulo termina com uma demonstração da importância de adotar uma perspetiva comparativa na investigação no modelo de Princípios e Parâmetros, através de uma abordagem preliminar do parâmetro *pro-drop*, parâmetro que define a possibilidade de uma língua ter sujeitos nulos, em inglês e em italiano.

O capítulo 1 foca-se na relação entre o léxico e a estrutura da frase. Assim, introduzem-se as principais informações, fornecidas pelo léxico, que contribuem para a estrutura da frase: categorias lexicais, subcategorização, estrutura argumental e estrutura temática. A partir destes conceitos, desenvolve-se o Critério Temático, que dita uma relação de biunivocidade entre argumentos e papéis temáticos (papéis-θ) e o Princípio de Projeção, que resume a estrutura sintática à projeção da informação lexical. No entanto, a análise dos pronomes expletivos *it* e *there* do inglês sugere que o Princípio de Projeção não é suficiente para explicar a estrutura da frase. Neste sentido, apresenta-se o Princípio de Projeção Alargado, que determina que todas as frases têm de ter a posição de sujeito preenchida.

Se o capítulo 1 se dedica ao estudo da estrutura de constituintes da frase, reduzindo-a à projeção das propriedades lexicais do predicado e à obrigatoriedade do preenchimento da posição de sujeito da frase (Princípio de Projeção Alagado), o capítulo 2 incide sobre o estudo da natureza desta estrutura de constituintes, estudando a estrutura interna da frase e, em particular, do sintagma, assim como as suas propriedades. A partir de uma análise detalhada da estrutura do sintagma verbal (*verb phrase*, VP), argumenta-se a favor de uma estrutura sintagmática altamente hierarquizada, introduzindo-se as noções de projeção intermédia e de projeção máxima, complemento e especificador. Esta estrutura é replicada para as projeções das restantes categorias lexicais, sintagma nominal (*noun phrase*, NP), sintagma adjetival (*adjective phrase*, AP) e sintagma preposicional (*prepositional phrase*, PP), estabelecendo-se um paralelismo entre categorias, a partir do qual é proposta a Teoria X-Barra, inicialmente formulada por Chomsky (1970), que apresenta um modelo unificado para a estrutura

sintagmática. De seguida, o capítulo segue para a análise da estrutura da frase, propondo uma extensão da Teoria X-Barra a este nível, com as categorias funcionais: sintagma de flexão (*inflection phrase*, IP) e sintagma complementador (*complementizer phrase*, CP).

Os capítulos 1 e 2 reduzem a estrutura frásica e sintagmática à informação lexical e a um modelo de estrutura sintagmática universal, simplificando o processo de aquisição da linguagem pela criança, eliminando a necessidade de uma Componente Categorial com regras sobre a estrutura sintagmática, como era proposta nos modelos iniciais da teoria generativista (Chomsky, 1957, 1965). Abordado este tema fundamental relativo à estrutura sintática, o livro passa a abordar conceitos mais complexos e abstratos. Assim, no capítulo 3, aborda-se a Teoria do Caso, a condição de licenciamento de NPs com conteúdo fonético. Em primeiro lugar, estabelece-se o contraste entre caso morfológico e caso abstrato, este último tido como uma propriedade da UG. Segue-se uma análise detalhada dos padrões de marcação de caso estrutural em inglês: acusativo, complementos de verbos e preposições, nominativo, sujeitos de orações finitas e acusativo, e sujeitos de orações infinitivas. A partir desta discussão, formula-se o Filtro do Caso, princípio universal que exclui qualquer NP foneticamente realizado que não tenha caso. Segue-se uma análise da atribuição de caso a complementos de NPs e APs deverbais, a propósito dos quais se apresenta o mecanismo de *Of-insertion*, que dita a inserção de uma preposição atribuidora de caso em NPs e APs, de maneira a resolver a falta de atribuição casual ao complemento pelo seu núcleo nominal ou adjetival. Discute-se ainda a noção de caso inerente e a condição de adjacência para a atribuição de caso. Por fim, introduzem-se as noções de visibilidade e de cadeia, reformulando-se o Critério Temático à luz destes conceitos. Unifica-se assim a Teoria Temática e o Filtro do Caso num único princípio.

O capítulo 4 foca-se na Teoria da Ligação, que organiza a distribuição e interpretação de NPs. Começa-se por fazer uma descrição da distribuição de NPs reflexivos, a partir dos quais se apresentam os conceitos de antecedente, ligação, coindexação, c-comando e localidade. Uma parte significativa do capítulo consiste na argumentação que leva à definição de domínio local para a ligação de NPs, o qual vai sendo consecutivamente refinado através da análise de dados do inglês, seguindo a linha de argumentação de Chomsky (1981, 1986b). Abordam-se os conceitos de sujeito e SUJEITO grande (NP sujeito ou flexão verbal finita), SUJEITO acessível (a coindexação dos dois NPs não viola nenhum princípio gramatical, como o *i-within-i filter*,

que bloqueia a circularidade na referência dos NPs) e Complexo Funcional Completo (domínio que contém um núcleo e todas as funções gramaticais com ele compatíveis), conceitos essenciais para a formação de uma Categoria de Regência (*Governing Category*, GC), que delimita o domínio local para a ligação de um NP. A partir do conceito de GC, formulam-se os três princípios da Teoria da Ligação: segundo o princípio A, uma anáfora é ligada na sua GC, o princípio B dita que um pronome é livre na sua GC e o princípio C indica que uma expressão referencial (expressão-R) é livre em qualquer domínio.

Os capítulos 3 e 4 focam-se na distribuição de NPs com conteúdo fonético. O capítulo 5 é o primeiro a dedicar-se ao estudo de categorias vazias, i.e., NPs sem conteúdo fonético, incidindo sobre a categoria *PRO*, categoria foneticamente vazia que desempenha a função de sujeito de orações infinitivas, e a Teoria do Controlo. A análise de orações infinitivas sem sujeito à luz do Critério Temático e do Princípio de Projeção Alargado levanta problemas: a posição de sujeito não é preenchida e o argumento externo do verbo não é saturado. Assim, é proposto que, na verdade, existe um sujeito nessas orações, foneticamente vazio, mas sintaticamente ativo, *PRO*. De seguida, discutem-se detalhadamente as condições de distribuição e de interpretação de *PRO*, i.e., a Teoria do Controlo, chegando-se à conclusão de que só ocorre em posições que não são regidas: trata-se da condição de licenciamento de *PRO* e é conhecida como o Teorema de *PRO*. O resto do capítulo apresenta mais dados acerca da distribuição de *PRO* e de construções de controlo, destacando fenómenos de controlo obrigatório e opcional, de controlo de sujeito e de objeto.

O capítulo 6 introduz, pela primeira vez, de maneira sistemática o movimento em sintaxe. Para tal, postula-se a existência de dois níveis de representação sintática: a *D(eep)-structure*, representante das relações temáticas da frase, e a *S(urface)-Structure*, que diz respeito à ordem dos constituintes à superfície, como é produzida. Propõe-se a existência de três tipos de movimento: movimento de núcleo, movimento de NP e movimento *wh*, reduzidos à operação geral *move-α*, que dita o movimento de qualquer constituinte, sem nenhuma restrição *a priori*. Este capítulo trata o movimento de NP de forma aprofundada, em particular no caso das construções passivas e de elevação de sujeito, introduzindo-se uma nova categoria vazia, o vestígio de NP, cuja existência se deve, à semelhança de *PRO*, ao Critério Temático e ao Princípio de Projeção Alargado. Uma secção deste capítulo é dedicada à Generalização de

Burzio (Burzio, 1986), resultado da análise de verbos inacusativos em italiano, que dita que um verbo que não atribua função-θ externa não atribui caso acusativo. O capítulo segue com uma discussão acerca da implicação dos níveis de representação nos princípios da gramática discutidos nos capítulos anteriores. A propósito dos vestígios de NP, propõe-se que estes apresentem uma distribuição similar à das anáforas, sendo sujeitos ao princípio A da Teoria da Ligação. O capítulo termina com uma breve exposição da hipótese de que o sujeito é gerado na posição interna a VP, com base no comportamento de quantificadores flutuantes no francês, hipótese baseada em Sportiche (1988).

O capítulo 7 continua a discussão acerca de movimento do capítulo anterior, com enfoque agora no movimento *wh*. Apresentam-se, em primeiro lugar, as propriedades de constituintes *wh* e, através da comparação entre movimento de NP e movimento *wh*, distingue-se movimento-A de movimento-A', cadeias-A de cadeias-A' e ligação-A de ligação-A'. De seguida, são discutidas as propriedades dos vestígios *wh*. Após uma discussão acerca do movimento *wh* de sujeitos, introduz-se o filtro *that-trace*, inicialmente proposto por Chomsky e Lasnik (1977), que será fundamental em capítulos posteriores. Segue-se uma introdução à Teoria das Fronteiras, responsável por aplicar restrições ao movimento *wh*. Introduz-se a noção de ilha sintática, descrita pela primeira vez por Ross (1967), que diz respeito a um domínio sintático do qual não é possível extrair um constituinte. Estes fenómenos são unificados no Princípio da Subjacência, que indica que um constituinte movido não pode atravessar mais do que um nó-fronteira (para o inglês, IP e NP). A partir deste princípio, conclui-se que, em casos de movimento longo, se dá, na verdade, uma série de movimentos curtos cíclicos. Esta noção, designada sucessividade cíclica, é também abordada no capítulo 6 a propósito de movimento de NP longo. Note-se que o Princípio da Subjacência e a sucessividade cíclica restringem a natureza do movimento *wh*, o que simplifica a aquisição da linguagem. Por fim, discute-se o comportamento de vestígios *wh* em relação à Teoria da Ligação, concluindo-se que são similares às expressões-R, logo, sujeitos ao princípio C.

O capítulo 8 fornece um estudo mais aprofundado das categorias vazias da gramática. O capítulo inicia com uma retoma das propriedades das categorias até ao momento postuladas, abordando-se, de seguida, as suas condições de licenciamento formal e de atribuição de referência (identificação). Quanto a *PRO*, cuja informação já foi apresentada no capítulo 5: é

licenciado pelo Teorema de *PRO* e a sua interpretação é explicada pela Teoria do Controlo. Quanto aos vestígios, tanto de NP como *wh*, a sua condição de licenciamento é o Princípio da Categoria Vazia (*Empty Category Principle*, ECP), que indica que os vestígios têm de ser propriamente regidos (*proper government*), i.e., θ-regidos ou regidos por um antecedente. Esta conclusão deve-se à análise dos efeitos do filtro *that-trace*, assimétrico em relação ao movimento de sujeitos e de objetos, assimetria que é, assim, explicada pelo ECP. De seguida, o capítulo atenta na última categoria vazia ainda não abordada: *pro*, o sujeito nulo de orações finitas. A sua postulação baseia-se na análise de sujeitos nulos em italiano, língua que requer um elemento vazio na posição de sujeito de orações finitas, de maneira a respeitar o Princípio de Projeção Alargado e o Critério Temático. Após nova discussão sobre o parâmetro *pro-drop*, indica-se que, nas línguas que fixam este parâmetro com o valor positivo, o licenciamento de *pro* se dá por regência nuclear e a sua referência é recuperada por concordância com o regente. A propósito de *pro*, discute-se ainda a natureza de objetos nulos em italiano. Segue-se uma discussão de outras categorias vazias, nomeadamente operadores vazios que funcionam como antecedentes vazios em orações relativas, *OP*, e discute-se ainda o fenómeno de *parasitic gaps*, elementos nulos que dependem referencialmente de outros elementos nulos.

No capítulo 9, é feita uma apresentação da Forma Lógica (*Logical Form*, LF), o nível de representação responsável pela interpretação das frases. As primeiras secções deste capítulo são dedicadas à justificação da existência deste nível em sintaxe. Propõe-se que as propriedades de escopo de quantificadores implicam movimento para uma posição superior num nível abstrato, LF, num fenómeno denominado *quantifier raising*, que deixa na posição de origem um vestígio, ao qual se chama variável. Uma comparação das propriedades lógicas de frases interrogativas com frases quantificadas leva à conclusão de que também o movimento *wh* move um constituinte para uma posição de escopo, só que neste caso o fenómeno ocorre num nível inferior, *S-Structure*. Assim, LF permite explicar contrastes de gramaticalidade entre frases interrogativas múltiplas à luz do ECP, através das relações de escopo que estabelecem entre si os diferentes operadores. É discutida, mais uma vez, a relação do efeito *that-trace* com o ECP, na medida em que a LF permite também compreender a assimetria deste efeito no movimento de sujeitos e de adjuntos. Segue-se uma discussão acerca de fenómenos de reconstrução, nos quais um constituinte movido anteriormente é novamente movido para uma posição inferior.

Estes fenómenos ocorrem em LF e ajudam a explicar alguns problemas relacionados com a Teoria da Ligação. O capítulo termina com a apresentação do Princípio da Interpretação Plena, que dita que LF só deverá conter elementos que contribuam para esse nível, na medida em que contribuem para a interpretação semântica da frase.

Neste momento do manual, várias definições de regência foram já apresentadas e sucessivamente refinadas de maneira a cobrir os fenómenos abordados. O capítulo 10 dedica-se a refinar a noção de barreira, nos termos de Chomsky (1986a). Começa-se por uma retoma de diversos contextos de regência, nomeadamente domínios de *proper government* e de atribuição de caso, concluindo-se que projeções máximas, ao contrário do afirmado até ao momento, não são necessariamente barreiras e que, na verdade, barreiras não são um conceito absoluto. Assim, a noção de barreira é reformulada em termos do conceito de L-marcação: um constituinte é uma barreira se não for L-marcado, i.e., se não for θ-regido por uma categoria lexical. De seguida, analisam-se vários casos de movimento, incluindo ilhas e violações do ECP, resumindo-se tanto o Princípio da Subjacência como violações de ECP e o atravessamento de barreiras, discutindo-se, inclusive, graus de gramaticalidade mediante o número de barreiras atravessadas. Por fim, discute-se a aplicação do ECP a cadeias-A à luz desta abordagem de barreiras.

O capítulo 11 é o primeiro capítulo que aborda desenvolvimentos posteriores da TRL, num período pré-minimalista, abordando questões associadas a movimento de núcleos e a projeções funcionais. Começa-se por analisar algumas propriedades do movimento de núcleo em inglês e em francês em contextos de negação e apresenta-se a *Split-INFL Hypothesis* de Pollock (1989), que propõe que o IP se desdobre em duas projeções funcionais: sintagma de tempo (*tense phrase*, TP) e sintagma de concordância (*agreement phrase*, AgrP). Introduz-se, ainda, a projeção de negação (*negation phrase*, NegP), a propósito de alguns aspetos da sintaxe da negação. De seguida, aplica-se o ECP ao movimento de núcleos. Acrescenta-se igualmente a Hipótese do DP, de Abney (1987), que propõe que o NP seja dominado por uma projeção funcional, o DP. A partir da análise destas várias projeções funcionais, apresentam-se as projeções estendidas, respeitantes à projeção de propriedades gramaticais das projeções lexicais de base. Por fim, retorna-se à discussão acerca do movimento de núcleos, em particular do movimento de verbo, à luz do Programa Minimalista, à data ainda num estado preliminar de

desenvolvimento: introduzem-se conceitos como o Princípio de Economia, verificação de traços e traços "fortes".

O capítulo 12 foca-se no conceito de minimalidade, em particular no enquadramento de *Relativized Minimality* de Rizzi (1990). A minimalidade está estreitamente relacionada com o conceito de localidade, na medida em que reduz a regência a uma relação local: o elemento mais próximo do constituinte regido é o regente efetivo, bloqueando regência por outros potenciais regentes. Na teoria até agora discutida, um núcleo podia bloquear regência por um constituinte em posição A'. No entanto, na proposta de Rizzi (1990), núcleos bloqueiam somente regência nuclear e constituintes A e A' bloqueiam apenas regência por outros constituintes A e A', respetivamente. A argumentação a favor desta visão para a minimalidade dá-se através da discussão de dados de movimento de núcleo, de movimento-A e de movimento-A', assim como de intervenção por operadores de negação e de "complementos não referenciais" (e.g., complementos de medida e de expressões idiomáticas). Esta análise levanta problemas para o ECP. Assim, o capítulo segue com uma revisão deste princípio, de maneira a cobrir os efeitos de *Relativized Minimality*: propõe-se que a condição de licenciamento de um vestígio é a sua regência por um núcleo, a nova versão do ECP, e que a sua identificação, dependendo do tipo de constituinte, se dá, ou por ligação, ou por regência por um antecedente.

3.

De um ponto de vista didático, este manual apresenta uma grande vantagem: aborda apenas uma perspetiva, geralmente a mais influente e atualizada, à data, para cada problema ou fenómeno estudado. Nesse sentido, permite ao leitor, tal como a autora se propõe a fazer, familiarizar-se com os aspetos centrais da TRL sem ter de se confrontar com uma quantidade excessiva de referências e de posicionamentos diferentes. Um bom exemplo desta simplificação é a abordagem ao conceito de domínio de ligação. No capítulo 4, dedicado à Teoria da Ligação, apresenta-se apenas a visão mais atualizada, à data, de um domínio de ligação unificado (a Categoria de Regência, definida em termos de Complexo Funcional Completo, segundo Chomsky (1981, 1986b)), não apresentando versões anteriores da teoria, que estudam os chamados domínios opacos, segundo condições como a Condição da Oração Temporalizada e a Condição do Sujeito Especificado (Chomsky, 1973) ou ainda a Condição da Ilha Nominativa

(Chomsky, 1980). Adotando esta abordagem, este manual distancia-se de outros, por exemplo, de Raposo (1998), que também apresenta fases anteriores da teoria, tornando-se um manual mais denso para leitores com pouco ou nenhum conhecimento de sintaxe. Neste sentido, todas as referências apresentadas no texto limitam-se às essenciais para contextualizar a argumentação em curso em cada momento e todas as sugestões de leitura mais aprofundadas e relativas a problemas deixados por resolver na discussão do texto são encaminhadas para nota de rodapé, sempre de maneira criteriosa, não ficando assim o livro sobrecarregado de referências, que prejudicam a orientação do leitor por um tema tão complexo. Relativamente às referências indicadas em nota de rodapé, note-se ainda que a autora indica os conhecimentos requeridos para a sua leitura, indicando o nível que o leitor deverá alcançar para poder dedicar-se à leitura de cada referência.

Outra vantagem significativa do livro é o facto de conter sínteses frequentes ao longo dos capítulos, que fornecem ao leitor vários pontos de ancoragem à leitura, apresentando raciocínios que, para além de abstratos, tendem a ser extensos. Estas sínteses culminam sempre numa síntese geral no final de cada capítulo. A consolidação dos assuntos tratados é também permitida por um conjunto de exercícios no final de cada capítulo. Estes permitem ao leitor aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo de cada capítulo, para além de apresentarem outros problemas e discussões relacionados que não são abordados na obra. Neste sentido, o leitor tem a oportunidade de desenvolver o seu raciocínio sintático com dados novos e de outras línguas que não o inglês, maioritariamente usado na exposição, e descobrir alguns problemas, ainda em aberto, estimulando assim a investigação científica, fornecendo referências para leituras sobre os problemas apresentados. Para além disso, muitos exercícios abordam problemas tratados em capítulos posteriores, permitindo ao leitor refletir preliminarmente sobre alguns temas também fundamentais na TRL, compreendendo a natureza integradora da teoria, na qual todos os módulos se relacionam e afetam uns aos outros.

4.

Uma crítica que pode ser apontada ao livro é o facto de não apresentar uma introdução histórica da investigação em gramática generativa. Apesar de a autora indicar no início do

capítulo introdutório que o seu objetivo com esse capítulo não é fornecer um panorama histórico da área, faz falta a abordagem dessa componente numa perspetivação epistemológica robusta, que permita ao leitor compreender melhor a motivação por detrás da formulação de uma teoria como a TRL. Assim, sente-se a falta de uma referência, mesmo que breve, à Teoria Standard (Chomsky, 1965) e à Teoria Standard Alargada (Chomsky, 1973), assim como aos seus objetivos gerais.

Apontamos também que a afirmação da importância da diversidade linguística para a teoria gramatical, feita pela autora no início do livro, não se reflete em grande parte dos dados apresentados no manual. Assim, apesar de a autora afirmar que "data from a dialect spoken by only a couple of hundred people are just as important as data from a language spoken by millions of people" (Haegeman, 1994, p. 18), a maior parte da argumentação dá-se com base em dados de línguas indo-europeias bastante difundidas (inglês, italiano, francês, alemão, português, polaco, búlgaro, flamengo) e de outras línguas também bastante difundidas (chinês, japonês, hebraico, turco, húngaro). De maneira geral, o manual é consistente nos seus objetivos e nos conceitos epistemológicos que introduz, por exemplo, ao não perder de vista o problema da aquisição da linguagem, o qual é constantemente relembrado e aplicado a cada princípio geral formulado. No entanto, no que diz respeito ao contributo de dados de línguas ameaçadas e minorizadas para a teoria linguística, o manual não apresenta grande variedade de dados.

5.

Considerados todos os fatores acima descritos e apesar das críticas apontadas na secção 4, consideramos que *Introduction to Government and Binding Theory*, de Liliane Haegeman, constitui uma leitura essencial para qualquer estudante que queira iniciar o seu percurso na sintaxe generativa. Apesar de datar de 1994, pelo que não cobre a investigação realizada na área nas últimas três décadas, por exemplo no âmbito do Programa Minimalista, acreditamos que continua a ser um manual relevante, pois é essencial ter uma base na TRL para iniciar o estudo de enquadramentos mais atuais, que evoluíram na sua maioria a partir deste quadro teórico. Assim, apesar de desatualizado face à investigação atual, o manual permite uma boa e acessível introdução a uma área que conta já com sete décadas de história e de investigação.

Referências bibliográficas

Abney, S. P. (1987). *The English noun phrase in its sentential aspect* [Ph.D. Dissertation]. Massachusetts Institute of Technology.

Burzio, L. (1986). *Italian Syntax*. Reidel.

Chomsky, N. (1957). *Syntactic structures*. Mouton.

Chomsky, N. (1965). *Aspects of the Theory of Syntax*. MIT Press.

Chomsky, N. (1970). Remarks on nominalization. In R. A. Jacobs & P. S. Rosenbaum (Eds.), *Readings in English transformational grammar* (pp. 184–221). Ginn.

Chomsky, N. (1973). Conditions on transformations. In S. R. Anderson & P. Kiparsky (Eds.), *A festschrift for Morris Halle* (pp. 232–286). Holt, Rinehart and Winston.

Chomsky, N. (1980). On Binding. *Linguistic Inquiry*, *11*(1), 1–46.

Chomsky, N. (1981). *Lectures on Government and Binding: The Pisa Lectures*. Foris.

Chomsky, N. (1986a). *Barriers*. The MIT Press.

Chomsky, N. (1986b). *Knowledge of language: Its nature, origin, and use*. Praeger.

Chomsky, N., & Lasnik, H. (1977). Filters and Control. *Linguistic Inquiry*, *8*(3), 425–504.

Haegeman, L. (1994). *Introduction to Government and Binding Theory* (2nd ed). Blackwell.

Pollock, J.-Y. (1989). Verb Movement, Universal Grammar, and the Structure of IP. *Linguistic Inquiry*, *20*(3), 365–424.

Raposo, E. P. (1998). *Teoria da gramática: A faculdade da linguagem* (2. ed). Caminho.

Rizzi, L. (1990). *Relativized minimality*. MIT Press.

Ross, J. R. (1967). *Constraints on variables in syntax* [Ph.D. Dissertation, Massachusetts Institute of Technology]. https://dspace.mit.edu/entities/publication/1d25db79-82d4-4e86-9b55-e1905b4865b7

Sportiche, D. (1988). A Theory of Floating Quantifiers and Its Corollaries for Constituent Structure. *Linguistic Inquiry*, *19*(3), 425–449.